

**Reflexões sobre o papel do capital
mercantil na questão regional e urbana
do Brasil**

Wilson Cano

**Texto para Discussão. IE/UNICAMP
n. 177, maio 2010.**

ISSN 0103-9466

Reflexões sobre o papel do capital mercantil na questão regional e urbana do Brasil ¹

Wilson Cano ²

Introdução

Este texto não tem a pretensão de discutir teoricamente as várias formas em que se apresenta o Capital.³ Tão somente, como o próprio título diz, fazer algumas reflexões sobre as principais implicações da atuação do Capital Mercantil decorrentes de sua ativa presença em espaços territoriais mais atrasados ou em espaços subdesenvolvidos, rurais e urbanos. O campo real de observação será o da região nordestina e o da área urbana brasileira

O Capital Mercantil, que pode compreender as formas Comercial e Usurária, tem suas origens anteriores à etapa da Acumulação Primitiva, desde que se iniciam as trocas mercantis de bens e serviços. Antecede, portanto a etapa do capitalismo originário, quando surgiria a forma Produtiva, ou a do Capital Industrial e restringe-se à órbita da circulação. Contudo, com o capitalismo aquela forma inicial não desaparece: algumas frações metamorfoseiam-se em Capital Produtivo, ao penetrarem na órbita da produção, uma segunda parte permanecerá enquanto tal, subordinadas agora pelo novo, o Capital Industrial, e outras assumirão outras funções especializadas, como por exemplo a do capital imobiliário.

Quanto mais atrasado ou subdesenvolvido for um determinado espaço (rural ou urbano), tanto maior e nefasta será a presença do Capital Mercantil, que dominará a maior parte ou até mesmo a totalidade desse espaço econômico.⁴ Essa dominação terá caráter conservador e procurará manter o atraso ou o subdesenvolvimento, pois disso dependerá a manutenção de seu poder econômico e político sobre aquele espaço,

(1) O núcleo deste texto foi transcrito de uma aula que ministrei no curso de pós-graduação de economia, ao final da década de 1980, e que havia deixado para redigi-lo em momento futuro, quando tivesse “mais tempo disponível”. Agradeço ao meu colega do IE, Prof. Carlos A. Brandão, os insistentes, mas profícuos estímulos para escrevê-lo. Espero, com esta versão, tê-lo atendido.

(2) Professor Titular do Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Unicamp.

(3) Para a discussão teórica de suas formas (Mercantil – Comercial e Usurário-, Mercadoria, Dinheiro, Industrial, Bancário e Fictício) ver Marx (1977) e Rosdolsky (2001); para o Financeiro, ver Hilferding (1973) e Hobson (1993). Ver também Bottomore (1993). Para a análise desses capitais no processo de acumulação urbana, ver Harvey (2005).

(4) Para uma leitura romanceada, mas crítica sobre o capital mercantil no NO e NE do Brasil, ver Carvalho (2003).

permitindo duradoura reprodução a esse Capital Mercantil. Tais poderes decorrem do absoluto (ou quase) controle sobre a produção local em termos de financiamento, armazenagem e distribuição, e sobre o controle dos aparelhos de Estado (governos municipais, estaduais e central) que podem interceder na área.

Esse Capital se vê ainda mais reforçado pela manutenção de um enorme contingente demográfico, que a economia mercantil – notadamente a exportadora – é incapaz de absorver, decorrendo disso enorme grau de subocupação e salários permanentemente baixos. Eis aqui uma radical diferença para com os países desenvolvidos, os quais resolveram a maior parte desse problema, através da grande expansão do emprego industrial e urbano, de políticas sociais e de reforma agrária ou de acesso a terra, das grandes emigrações, e da imensa mortandade causada pelas duas Grandes Guerras e por grandes epidemias até então incontroláveis, como a “Gripe Espanhola”.

À medida que diminua o atraso (ou o grau de subdesenvolvimento), graças à penetração de formas mais modernas – como a do Industrial – e de ações modernizadoras por parte do Estado, o Capital Mercantil local perde poder: ou é totalmente subordinado pela nova forma, ou em parte se moderniza, embora ainda mantenha sua forma mercantil.

Perde poder para o novo e maior Capital, porque é incapaz de lhe concorrer, porque não dispõe de massas de recursos financeiros para ocupar o espaço que fatalmente será do grande. Sua capacidade de ampliar sua *concentração* e *centralização* é relativamente modesta. De Sua transformação modernizada ficará limitada a pequenos e médios negócios locais. Quando muito, ingressará também como Capital Industrial, na pequena e média indústria leve. Como exemplo desta nova situação, temos a transformação do antigo em formas modernizadas: o antigo atacadista que cede lugar à moderna rede varejista, ao Supermercado, ao *Shopping* ou se transforma no pequeno banco local, na empresa de transportes, no hotel, etc. Essas novas roupagens são em geral, ocupadas e geridas por seus descendentes, os *filhos* das tradicionais famílias da região.

De maneira geral, podemos dizer que o Capital Mercantil será dominante numa região, nos primórdios de seu desenvolvimento capitalista, mas mesmo quando transformado, vê diminuído seu poder, mas raramente o perderá de todo. Embora a urbanização de uma região seja também seu algoz, ao mesmo tempo lhe permite *mudar a roupa*, assumindo atividades mais modernas, porém ainda de caráter mercantil. Mas a urbanização acelerada lhe exigirá cumprir novos papéis, assumindo setores ainda mais novos para a região, o que certamente levará à mudança das estruturas de poder. Ganharão destaques, entre outras, as benesses do poder público amparando o capital

imobiliário regional, na construção civil, nas atividades imobiliárias, na especulação urbana, na construção da infra-estrutura urbana, etc.

Na seção 1 deste texto veremos as implicações de ordem mais geral da atuação do capital mercantil sobre algumas regiões do Brasil. Na seção 2, mostraremos a especificidade de seus efeitos na análise da chamada *Agricultura Itinerante*, e na 3, seus efeitos gerados a partir da política habitacional instituída pelo golpe militar de 1964.

Pelo conhecimento que tenho sobre o subdesenvolvimento latino americano e a forma pela qual se manifestou sua industrialização e urbanização, entendo que os fenômenos aqui apresentados também tenham se manifestado na América Latina, ainda que de forma não idêntica à que ocorreu e ocorre no Brasil. Assim, espero que as reflexões sobre os fatos que em seguida serão apresentados, sirvam de estímulo a pesquisadores do continente, para que os investiguem.

1 Algumas implicações de sua atuação na questão regional e urbana brasileira

No período áureo da industrialização brasileira – 1930-1980 – de elevado crescimento, transformação estrutural e de integração do mercado nacional -, nenhuma das grandes regiões brasileiras sofreu processo de estagnação, pois mantiveram taxas sustentadas de crescimento agropecuário, da extração mineral, da indústria de transformação e, notadamente, da urbanização e construção civil.⁵

Mas antes de 1930, sofreram importantes transformações que marcaram profundamente suas estruturas sociais e econômicas: como o Nordeste (NE) açucareiro, momentos de grande auge, nos séculos XVI e XVII e de profunda depressão entre fins do XVII e o XVIII; a mineração do ouro em MG no século XVIII; a borracha no Norte (NO), entre 1870 e 1912; os períodos de auge e de crise profunda nas economias cafeeiras - a do Rio de Janeiro (RJ), entre 1820 e 1880, as de São Paulo (SP), MG e Espírito Santo (ES), entre 1860 e 1929; e de surtos expressivos, mas de curta duração, como o do algodão no NE, durante as guerras da Independência e da Secessão nos EUA. Ou, ainda, do retrocesso relativo do RJ, após a crise cafeeira, a notável e concorrente expansão cafeeira e industrial de SP (fins do século XIX a 1980 e a mudança da capital federal para Brasília em 1960).⁶

A industrialização, contudo, foi incapaz de disseminar, por todo o território nacional, seus efeitos positivos, notadamente no que se refere à urbanização e às

(5) Cf. Cano (2007b).

(6) Esses temas estão tratados em Cano (2006 e 2007a)

mudanças mais modernizantes das estruturas produtivas e sociais.⁷ É assim que constatamos que ao longo de nossa história mais recente, nos industrializamos e urbanizamos, mas mantivemos grande atraso estrutural principalmente na maior parte da periferia nacional, notadamente no Nordeste e na Amazônia, mas também em vários outros “bolsões” como por exemplo, o Jequitinhonha em MG ou o Vale do Ribeira em SP. Porque é que permanece o atraso nessas regiões?

Porque se perpetua a miséria e a marginalização social de uma forma tão grave e tão drástica? Pelo que sabemos da natureza concentradora e desigualizadora do capitalismo, não teríamos o que estranhar. Menos ainda pelo fato de nosso país ser subdesenvolvido, onde atraso e modernidade convivem espantosa e escandalosamente, praticamente em todo o espaço econômico nacional. A resposta a estas questões envolve, necessariamente, não apenas uma ampla interdisciplinaridade, com a história, a economia, política, sociologia e antropologia, como também uma profunda discussão sobre a teoria do subdesenvolvimento e do capitalismo tardio.⁸ Vamos nos restringir, aqui, basicamente, à economia e a questões atinentes à atuação do capital mercantil em regiões de países subdesenvolvidos.

Assim, o objeto central deste texto é refletir, mais especificamente, sobre a intervenção do capital mercantil nesse processo, para entendermos melhor, sob o ponto de vista econômico, essa esdrúxula combinação de atraso, tradição, modernidade, subdesenvolvimento, relações pré-capitalistas e capitalismo, em algumas de nossas regiões e, também, de como se ajustam alguns interesses privados nessa sociedade, com o Estado

Entrando em nosso tema, caberia destacar as questões e indagações mais relevantes que afetam os chamados desequilíbrios regionais e, com mais especificidade, aqueles que se manifestam em economias subdesenvolvidas. De como as trajetórias econômicas de longo prazo deixaram profundas marcas em várias delas, não apagadas pela industrialização e pela urbanização; como a distribuição da renda, a estrutura ocupacional, a estrutura produtiva, e outros indicadores sociais – em geral todos de má qualidade – se manifestam, diferentemente pelas diferentes regiões.

Indagaríamos, por exemplo, sobre as razões do maior grau relativo e absoluto de atraso tanto nas relações econômicas quanto nas sociais e políticas, entre nossas regiões “mais ricas” e as “mais pobres”. Uma resposta abrangente sobre isto nos

(7)As razões fundamentais para essa debilidade econômica da periferia nacional, e notadamente, da incapacidade dos capitais mercantis locais se metamorfosearem em industrial e competirem com os sediados no RJ e principalmente em SP são apresentadas em Cano (2007a).

(8) A bibliografia que versa sobre os aspectos políticos, sociais, históricos e antropológicos de nossa herança colonial e escravista, notadamente quanto a questões culturais, de mentalidade, sociabilidade, tradição, racismo, atraso-modernidade, mandonismo, e poder político, é vasta, mas poucos de seus textos se referem ao papel histórico do capital mercantil, razão pela qual não serão tratadas neste texto.

exigiria igualmente, um estudo abrangente sobre o tema regional. Não é o nosso caso, entretanto, pois já dispomos de estudos mais gerais sobre o tema, e aqui nos preocuparemos, mais diretamente, com o do capital mercantil, da agricultura itinerante e da urbanização, mas estes dois últimos temas serão aqui apenas aflorados.⁹

Para procurar responder algumas das principais questões que envolvem o capital mercantil, é necessário entender que parte dele se transforma ao longo do tempo, em função dos processos e atividades econômicas em que ele vai se desdobrando e ocupando espaços, também nos compartimentos industrial, bancário, agrário, de serviços e financeiro. Contudo, pela nossa condição de subdesenvolvimento e pela nossa profunda herança colonial e escravista, este capital raramente se beneficia de uma plena metamorfose.

Muitas vezes, além de manter suas antigas e arcaicas formas, ele assume parcialmente outras, travestido de industrial, de bancário, de financeiro, mantendo sua ambigüidade. Além dessa forma moderna e mais progressista, manterá muitos dos traços anteriores que lhe garantem sua participação no poder (local, regional ou nacional). Ou ainda, e visto de forma distinta, manterá estruturas ambíguas de ativos, onde a propriedade fundiária se destaca. Sua metamorfose, nas regiões de maior atraso, será assim, quase sempre incompleta, mantendo formas mais reacionárias na economia e no poder. Suas diversas frações apresentam variados modos de manifestação, porém, na essência, são os mesmos capitais mercantis de antes e que passam a adquirir, digamos, certa expressão moderna, constituindo parte da burguesia nacional industrial e financeira. Esta expressão é maior, onde o capitalismo e o desenvolvimento industrial tiveram também maior expressão, o contrário ocorrendo onde essa transformação foi incipiente. Essa burguesia, como já advertira Caio Prado Jr., guarda traços fortes de nossa herança mercantil, escravista e colonial.¹⁰

É bom lembrar que estas frações do capital são predominantemente de propriedade nacional. Precisamos pesquisar seus métodos, artifícios ilícitos de

(9) Na trilogia de Cano (2007a, 2007b e 2008), o leitor encontra, além da análise da economia regional brasileira entre 1870 e 2005, ampla bibliografia abarcando o Brasil, suas grandes regiões e vários de seus estados. Entre os textos regionais que tratam do papel do capital mercantil, ver: Brandão (1989), Carvalho(1988), Clementino (1987), Eisemberg (1977), Costa (1978) e Santos (1980).

(10) Essas idéias de Caio Prado Jr. encontram-se principalmente em A Revolução Brasileira e em Formação do Brasil Contemporâneo. Bresser-Pereira (1989) fez-lhe a crítica, notadamente por entender – como afirmou em outro trabalho – que as origens sociais da burguesia industrial não estão na burguesia agro-mercantil e que aquele autor não reconhecia a emergência do capital industrial no Brasil. Discordo dessa crítica, a qual, em parte, colide com nossas pesquisas onde (ver Cano 2007a) mostramos que tais origens são variadas (agrícola, comercial, importadora, imigrantes e outras) e que o que é comum naquelas “origens” é que a maior parte delas faziam parte do “capital cafeeiro”, cuja origem é mercantil, conceito que ali desenvolvemos. Constatamos também que muito do que podia parecer ser capital industrial, no fundo era um capital mercantil só em parte metamorfoseado em industrial. Retomo essa discussão mais adiante.

valorização e instrumentos de reprodução econômica e política, os instintos conservadores que regem o comportamento em geral reacionário desta fração detentora de riqueza em variadas formas. É necessário entender sua substância, ver como, coerente com seus princípios, como constituem sua estrutura e dinâmica e procurar entender suas propriedades distintivas. Averiguar concretamente sua composição e cunho especulativo e rentista. Além de sua conhecida manifestação no meio rural, o meio urbano é uma das sedes privilegiadas de sua expansão. Neste setor aliás, sua atuação não se restringe às áreas mais atrasadas, estando presente também nas áreas mais industrializadas e urbanizadas.¹¹

Tomando algumas ilustrações históricas, podemos afirmar que muitas das antigas fortunas familiares, de proprietários de grandes fábricas têxteis (e também de alguns outros setores), em pleno período da industrialização, eram, na realidade, capitais mercantis que não se haviam convertido plenamente em capitais industriais. Seus ativos – onde a terra urbana tinha alta participação – guardavam muito mais relação com o comportamento de um capital mercantil, do que com o de um capital industrial. É preciso entender que, a despeito de ter se convertido em industrial, a mentalidade e cultura de seus titulares é ainda predominantemente mercantil: são comumente arcaicas suas idéias e reivindicações junto ao Estado, sobre temas como tarifas, tributação, contratos de trabalho, progresso técnico, etc.

Ou seja, a massa de riqueza retida na grande propriedade de terra, seja rural, ou urbana, é objeto de apropriação e de valor de troca, o que pode lhe conferir ganhos extraordinários, pecuniários e políticos, através da especulação fundiária. Ela pode até não gerar renda diretamente, mas sua propriedade lhe confere poder político e econômico sobre o uso do solo. É uma forma de acumulação primitiva da qual brota o capital mercantil imobiliário.

Contudo, o capital mercantil não é inteiramente refratário à metamorfose e ao progresso, para o que, determinadas circunstâncias devem se cumprir, notadamente a da evolução das forças produtivas capitalistas, da industrialização e da urbanização. Mesmo nas áreas mais atrasadas, surgem algumas circunstâncias favoráveis a transformações estruturais modernizadoras, permitindo que algumas de suas frações penetrem em setores mais novos ou modernos. Assim, nossa história econômica mostra – até mesmo no Nordeste – várias conversões de capital mercantil arcaico em capital agrário, industrial (em geral nas indústrias leves e de menor porte) -, bancário (os antigos e pequenos bancos regionais privados) –, ou em serviços modernos. Ainda assim, ele manterá seus condicionamentos sobre as estruturas de poder local.

(11) Ver, mais adiante, sua atuação urbana nas políticas públicas habitacionais.

Tais frações, ao deixarem de operar basicamente na forma arcaica no comércio e distribuição, modernizaram parte de suas relações: deixou de ser aquele grupo empresarial esclerosado, velho e reacionário, e mudou de forma, dentro das possibilidades que se abriam para ele, ingressando em modalidades mais modernas de atividades econômicas. É, por exemplo, o velho capital mercantil que se transfigurou numa pequena construtora. Ou que substituiu a antiga casa atacadista de exportação e importação, por uma moderna rede de supermercados ou *shopping centers*. Que se dirigiram para o ramo da moderna redistribuição atacadista de peças, remédios etc. Ou, ainda, substituiu suas atividades, mudando seu *core business* para um modesto banco regional, uma empresa de transportes urbanos ou mesmo pesado, de distribuição de combustíveis, hotelaria, franquia, etc.

Mas sua modernização é restrita e travada. Tem consciência dos entraves estruturais para se constituir enquanto um grupo industrial de maior porte, ou para se estruturar como uma grande instituição financeira. Sabe que seu destino, seu campo de atuação, é restrito. Ele poderá ter uma rede hoteleira regional, poderá ter uma companhia inter-regional de transportes, poderá ter uma rede de supermercados, mas raros serão seus grupos que conseguirão ultrapassar isso. A trajetória de modernização de sua reprodução é uma trajetória limitada. Num outro exemplo: em locais periféricos que não eram servidos por bancos, era o capital mercantil que exercia o crédito, espoliando e controlando a produção e o comércio da região. Quando entretanto ali chega uma agência do Banco do Brasil, e provê crédito agrícola, diminuem as atividades de financiamento agrícola do velho capital mercantil. Diminuem, mas não terminam, pois uma parte da produção é feita em terras sem propriedade jurídica (posseiros, p. ex.) definida, o que impede o acesso ao crédito bancário

Ainda assim, é um capital que adquiriu uma face moderna e isto é muito importante. Pois, ao ingressar em dado compartimento novo ou segmento moderno, será coagido pelo processo de concorrência a transformar parte de suas relações com o ambiente que o cerca. É obrigado a passar a ter um outro tipo de relacionamento com seus trabalhadores, ou seja, alterar as relações de trabalho, mudar suas relações de encadeamento intersetorial, com fornecedores e clientes, etc.

Por outro lado, o velho capital mercantil, que por várias circunstâncias e razões, não conseguiu se modificar, este tem um estilo muito mais rígido, implacável e impiedoso para a sociedade onde ele está atuando. É este velho capital mercantil que controlava a comercialização, a distribuição antiga do mercado agrícola, do comércio de exportações e importações, redistribuição de gêneros alimentícios etc. Eram os *Correspondentes* ou *Comissários* que intermediavam a comercialização do açúcar e do algodão no Nordeste, e financiavam sua produção, a juros escorchantes.¹²

(12) Cf. Eisenberg (1977).

Como é que ele perpetua sua estrutura e, neste movimento, o atraso da região? E através de um sério controle do financiamento, da comercialização dessa produção, ele vai estender os seus tentáculos de controle em cima de algo muito mais importante: em cima da terra de um pequeno ou médio – e, às vezes, até de um grande – proprietário ou posseiro endividado ou sem acesso a crédito bancário. Esse controle comercial e financeiro, portanto, se estende à questão do controle da terra. Daí deriva como consequência lógica, a perpetuação do atraso e do seu poder político e econômico.

Perpetuação do atraso porque a partir do momento em que uma força externa – o capital industrial ou o financeiro, e a ação do Estado - penetrasse nesta seara, em seus domínios, e modernizasse a estrutura de financiamento, democratizando inclusive o seu acesso e modificasse a comercialização, democratizando-a e modernizando-a, os dias desse velho capital mercantil estariam contados. Se o estado tivesse uma política de comercialização de produtos agrícolas, mais moderna e atuante, uma política de abastecimento, de regulamentação de estoques e financiamento de produtos dessa agricultura, esse Estado conseguiria restringir ou destruir o domínio desse velho capital mercantil. Se o Estado regulasse e impusesse constrangimentos potentes às formas de atuação atrasada destas frações de capitais, ele exterminaria seus horizontes restritos de valorização ou aniquilaria suas formas de reprodução, através de vários tipos de sanções.

Mas a correlação de forças políticas não permite – ou pelo menos dificulta – que o Estado realize tal tarefa modernizante e democratizante, e a perpetuação desses “blocos históricos” se mantém até onde, quanto e quando puder. Esse capital arcaico não precisa ser o proprietário de todo esse espaço; basta que controle o financiamento mercantil, as verbas públicas, a comercialização, a distribuição e os demais laços sociais, institucionais, políticos etc., que decorrem desse processo de dominação. Sim, porque ele também está no Estado: é ele que elege grande parte dos vereadores, prefeitos, governadores e parlamentares da região; nomeia os delegados de polícia, o juiz de paz, etc. É ele que exerce essa dominação e através de sua dominação econômica, ele exerce a dominação política e institucional desse espaço socioeconômico.

Quem é que pode transformá-lo e modernizá-lo? É o Estado, através da política econômica, e de uma legislação social e tributária progressiva. Ou frações modernas de um novo capital industrial ou financeiro, ou de um capital agrícola moderno, que pudessem penetrar no espaço sócio-econômico de domínio desse capital antigo e aí impor certas transformações estruturais sem as quais estes, os modernos, não teriam condições de operar eficientemente. Exemplifiquemos: a vinda de uma nova, moderna e grande indústria exige uma infra-estrutura econômica condizente, requer condições para operar eficientemente: relações capitalistas com os trabalhadores; um mínimo de

infra-estrutura econômica e social, saneamento básico, instituições públicas mais eficientes, enfim de uma vida urbana melhor organizada e moderna, o que forçará, inevitavelmente, o velho capital mercantil à transformação, à sua substituição, ou à convivência política com o novo, perdendo assim parte de seu poder.

Só que essa não é uma luta em aberto. Por quê? Porque há barreiras políticas, culturais, jurídicas, institucionais etc., a essa penetração. Por exemplo, dispositivos que impedem a execução de uma Reforma Agrária. Isto pode inibir ou impossibilitar este embate transformador. Enquanto não houver a possibilidade desse enfrentamento ou até o momento em que os interesses desses capitais modernos, mais avançados não forem gravemente contrariados pelos interesses do velho capital mercantil, até que não ocorra este momento, esse embate também não se dá. Ou as transformações serão tópicas, parciais, mínimas. É exemplo notório o comportamento solidário no Congresso Nacional, entre os representantes do velho capital mercantil e os do capital industrial, em termos de negar apoio à reforma agrária ou a projetos progressistas de reforma tributária: o primeiro, por que não quer perder o poder da propriedade fundiária, ambos, porque não querem pagar maiores impostos sobre a renda, e nenhum sobre a propriedade fundiária.

Se entretanto, a força transformadora do capitalismo e do progresso da economia nacional se interessar economicamente por esse espaço a partir de um dado momento, e chegar à conclusão de que esse espaço precisa se transformar, por exigência da dinâmica de acumulação da economia nacional, dar-se-á o declínio da forma antiga e a predominância da nova. Por exemplo, isto se deu com a grande expansão cafeeira na década de 1880 em SP; com a grande transformação do restante da agricultura capitalista no interior de SP a partir da década de 1920, preparando esse espaço para ali também semear a industrialização, a partir da década de 1930; em algumas aglomerações urbanas do NO, do NE, do Centro-Oeste (CO) e de alguns outros espaços, graças às políticas regionais de desenvolvimento implantadas a partir de 1960. Ou ainda, pela instalação de alguns grandes complexos e pólos industriais como os da Petrobrás e da Vale (em algumas áreas específicas), e pólos como os de Camaçari, Zona Franca de Manaus, Betim e outros. Constitui também exemplo disso, programas de estruturação de novas empresas para modernizar a produção e exportação de frutas tropicais no NE e também fazer sucos em escala industrial e moderna, todos, e não por coincidência, estimulados, programados, e financiados, e em muitos casos, também executados, pelo Estado, cuja participação direta ou indireta foi crucial, ainda que para atender interesses privados explícitos de um capital moderno, agrícola ou agroindustrial.

O capital moderno, seja público ou privado, vai penetrar neste espaço, “expulsando” dali o velho capital mercantil. Porque ele expulsa? Ele expulsa porque entra e desmantela uma estrutura de comercialização; rompendo com aquele esquema

financeiro anterior, arrebenta com a técnica arcaica pré-capitalista, que está sendo usada naquele momento e ele modifica por dentro aquela região, desencadeando um processo de transformação. Impondo a introdução de forças produtivas capitalistas, que assalaria o trabalho, produz máquinas, tecnifica, inova, inventa, na verdade, uma outra agricultura, uma outra agroindústria e outras relações sociais de produção, ampliando a urbanização.

Essa modernização desarranja estruturas e dinâmicas e transtorna processos anteriores. Isto ocorreu no NE pós Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), ocorreu na Amazônia pós Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), ocorreu no Rio Grande do Sul (RS), ocorreu em MG, ocorreu em SP, ocorreu em todos os sub-espacos do território nacional em que a penetração do novo se fez exigir. No NE ela ocorreu de uma maneira, tendo uma forte dimensão industrial, com o que a região representa hoje algo em torno 8,5% da produção industrial brasileira, recuperando parte de sua antiga participação nacional. As transformações da penetração do novo capital nesse espaço social e econômico do velho capital mercantil, vão causar uma série de outras transformações necessárias à atividade inovadora,

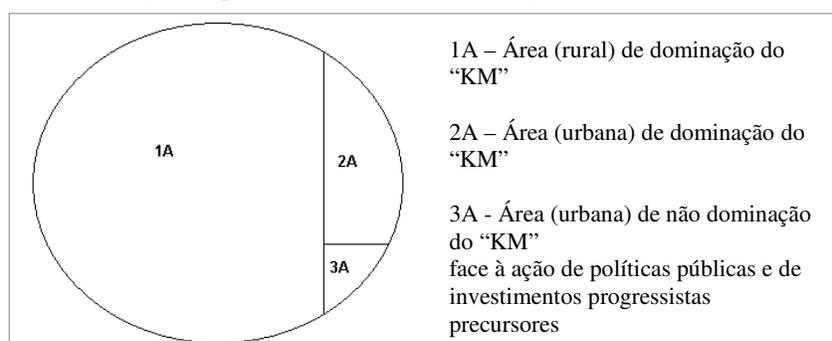
Ao entrar ali, os efeitos de modernização vão transcender a função específica daquele capital. Exemplificando: uma nova atividade agroindustrial modernizadora exige a agilização de esquemas de financiamento urbanos, esquemas de comercialização urbanos, ou seja, passa a demandar e a exigir também uma série de transformações daquele mundo urbano pacato que antes existia naquela região. Exige ainda a modernização – ainda que parcial – da infra-estrutura local, o nível de formação técnica e educacional do trabalho, as condições de saúde pública, etc. Fique assentado, contudo, que não estamos endeusando “Sua Santidade o Moderno Capital”! Ele também explora, e sua história mundial está lastreada por muito sangue, suor e lágrimas. Muitas vezes, essa modernização, em espaços periféricos, é traída por sua mentalidade e cultura de herança colonial e escravista, praticando, junto com a moderna e eficiente produção, relações perversas arcaicas, como a prática de trabalho escravo servil, como ainda mostram registros atuais e recentes do Ministério do Trabalho.

Mas o efeito positivo da introdução daquela nova fábrica, daquela agroindústria, sobre aquele espaço econômico é sempre parcial e limitado, embora tais efeitos transcendam o seu espaço específico e transformem também a área urbana (ver Figura 1). E aqui vem o progresso, com maior intensidade social. Aqui vem a modernização. Aqui se vê o assalariamento de uma força de trabalho e aqui o trabalho pode se organizar de uma forma mais digna, de uma forma moderna, de uma forma mais saudável e as relações portanto, passam a adquirir uma forma mais progressista.

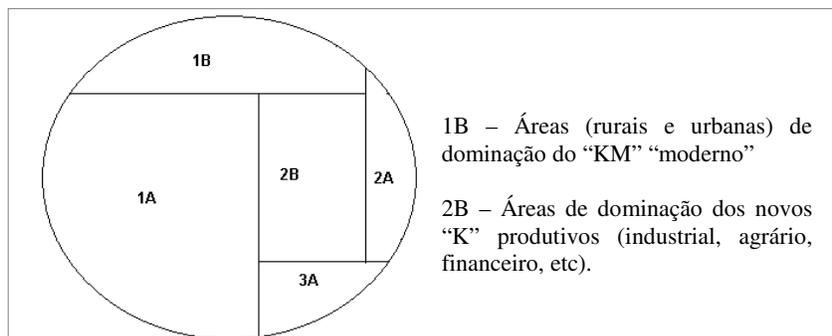
Contudo, repitamos, a transformação não pode ser completa. Essa penetração é insuficiente para extinguir, nesse espaço econômico, toda a barbárie e a miséria, o subemprego, que continuam. Ou ainda, porque o novo capital modernizador, já atendidas suas necessidades específicas, acomoda seus interesses com os do capital mercantil que ali ainda restou. E isto decorre, em grande medida, porque os interesses restantes dos grupos antigos ainda podem ser mantidos, conciliando-os na esfera do Estado. Por outro lado, lembramos que, atendidos os interesses desse capital moderno, o possível antagonismo entre o antigo e este é contido, e, assim, abre-se novo campo conciliatório entre eles. Por exemplo, ambos lutarão politicamente, através de seus *lobbies* ou de seus representantes no parlamento, contra determinadas reformas sociais – salário, reforma agrária, reforma tributária, etc. – que ameaçam, segundo eles os sagrados direitos da propriedade e das leis do mercado.

Figura 1
Capital Mercantil (“KM”) e Dominação Espacial

1A – Situação de dominação do capital mercantil (“KM”) das áreas econômicas “NO” e “NE”, antes da instauração das políticas de desenvolvimento regional “Sudene”; “Sudam”



1B – Situação posterior com avanço da industrialização e da urbanização



As áreas 1, 2 e 3 não representam as efetivas proporções quantitativas entre elas, sendo meramente indicativas.

2 A agricultura itinerante

Entre as heranças que mais marcaram nosso processo histórico de subdesenvolvimento, Furtado destacou a da Agricultura Itinerante.¹³ Decorria este fato das facilidades com que os grandes proprietários rurais tinham acesso a novas terras – por compra, acesso público, ou pela violência –, e, com isto, a menor eficiência da ocupação escravista predatória era atenuada pela ocupação de terras virgens ou pouco utilizadas, e mais férteis, com o que, essa agricultura se mantinha competitiva, prescindindo do uso de tecnologia mais avançada. Dessa forma, a agricultura exportadora expulsava para o interior, antigas atividades rurais, ou seja, a pecuária extensiva e a agricultura familiar de pequena propriedade.¹⁴ Diante dessa estrutura de poder, a pequena propriedade não poderia concorrer com o latifúndio exportador, restringindo-se, assim, aos cultivos de subsistência e à dominação maior do capital mercantil. Furtado chama a atenção de que esse fato não se restringiu ao velho Nordeste açucareiro, reproduzindo-se também na cafeicultura do Sudeste. Escaparam dessa armadilha as raras áreas que foram colonizadas com pequenas e médias propriedades, sob patrocínio do Estado, notadamente no RS, Santa Catarina (SC) e no ES.

Ao analisar a “formação do complexo nordestino” Furtado constata que a agroindústria açucareira sofreu um marasmo, durante cerca de três séculos, em termos de progresso técnico agrícola e em menor intensidade, também do industrial. Furtado mostra como a escravidão e a depressão açucareira causaram uma enorme ineficiência produtiva e tecnológica, travando portanto o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Isto, em nosso entender, fortificaria ainda mais o poder do capital mercantil local, o que lhe ensejaria uma longa e problemática dominação regional, e explica, em grande parte, a intensidade e duração do atraso daquela região.

As tentativas de instalação dos Engenhos Centrais, a partir da década de 1850, foram infrutíferas, a despeito do forte subsídio a eles concedido. Entre as principais razões para o insucesso está a de que o Engenho Central só produziria o açúcar, ficando a produção da cana exclusivamente nas mãos de produtores independentes. Isto obviamente gerava fortes conflitos entre esses agentes, não só em termos do preço a pagar pela cana, mas também pelo poder fundiário. Mais tarde – a partir de 1870 -, o Estado passou a incentivar a instalação de Usinas, financiando-as em grande parte, e

(13) O tema está desenvolvido em Furtado (1961 e especificamente em 1972, cap. II). A análise de Furtado se estende até o final da década de 1960.

(14) Ver, em Furtado (1975, cap. VII), a importante análise que faz sobre a apropriação da terra e a estrutura fundiária que surge com a implantação do modelo primário exportador na América Latina.

também fortemente subsidiadas. Mas estas, além de poder utilizar sua própria cana, tinham maior escala do que os antigos engenhos, que com elas não poderiam competir, convertendo-se em meros fornecedores de cana, ou simples produtores de rapadura ou aguardente. A situação piorou ainda mais, com a inevitável reconcentração da propriedade fundiária, pauperização dos *engenhos de fogo morto* e, mais tarde, também com rebaixa de salários. Assim, os usineiros passaram a ter maior concentração maior de poder, consolidando a antiga prática de calotear suas dívidas para com o Estado.¹⁵

Embora tenha escrito o tema da agricultura itinerante em 1972, a análise de Furtado pode ser estendida aos dias de hoje, com a diferença de que aquela agricultura não é mais escravista e usa intensamente progresso técnico, continuando a ter compensados seus custos, graças: i) às facilidades com que continua a acessar terras livres, notadamente no NO e CO, com o desmatamento de enormes áreas, expulsão de posseiros e itinerância de outras culturas; ii) pela dotação pública de infra-estrutura; iii) pelo crédito público facilitado; iv) pelos ganhos proporcionados pelo manejo internacional de câmbio das divisas de exportação.¹⁶

Lembremos que foi a partir da década de 1960, com a modernização rural, que os fluxos migratórios inter-regionais cresceram acentuadamente. A despeito do elevado crescimento do PIB e do emprego urbanos até o início da década de 1980, tivemos uma urbanização caótica, onde o emprego informal teve que crescer acima do formal. O desastre social se completou com o desleixo do Estado para com as políticas sociais, agravando ainda mais a questão urbana e a social.

A migração se acentua porque as condições que antes permitiam a sobrevivência do homem naquela área já não mais existem.¹⁷ Ele cultivava a terra da forma possível que a natureza lhe permitia, sem assistência técnica, sem acesso ao crédito. e com insustentabilidade ambiental. A ação predatória – porque essa agricultura só pode ser predatória – vai diminuindo a fertilidade desse solo e esse homem, para ter a mesma colheita, teria que passar a cultivar uma área adicional, se quisesse continuar colhendo a mesma quantidade de alimentos, ou continuar restrito à antiga área e tentar empregar num mercado de trabalho, alguma fração do seu tempo de trabalho, em busca de uma renda monetária adicional, para compensar o efeito da queda da produtividade do solo.

(15) Sobre o assunto, ver Andrade (1973) e Eisenberg (1977).

(16) Para uma análise mais atualizada do tema da agricultura itinerante, ver Cano (2006, cap. 5).

(17) Os dados básicos (matrizes censitárias) sobre os fluxos migratórios inter-regionais do Brasil (entre 1940 e 2000, estão analisados em Cano (2007b e 2008).

Ocorre que, dependendo de onde esse homem se encontra é possível que inexista mercado de trabalho que lhe dê essa condição. Mas também é possível que, à medida que essa fertilidade caia ainda mais, a necessidade de área cultivada se tornaria ainda maior e esse homem teria agora, que colocar toda a família trabalhando essa terra. Ou seja, esse homem empobreceu e se tornou mais miserável e está sendo obrigados agora, ele e a família, a trabalhar muito mais do que trabalhava antes. E chega o momento em que isto se torna insuportável e aí ele abandona o mundo rural e vai ser proletário urbano.

Assim, temos uma situação paradoxal: ao mesmo tempo em que essa expansão rural exportadora significa progresso, ela também significa retrocesso. Esse fenômeno tem sido um verdadeiro foco gerador de miséria, ao reproduzir em outros espaços territoriais, novos bolsões de pobreza rural e urbana, criadouros de mão de obra barata e maior concentração fundiária, além dos malefícios ambientais sobejamente conhecidos. Com isto, novos espaços se abrem para o velho capital mercantil explorar.

É óbvio que, para evitar boa parte desses males, o Estado teria que praticar uma séria política de localização regional agrícola e ambiental, além de uma política social e de uma fundiária progressista. Contudo, isto não ocorre. E cabe indagar: por quanto tempo teremos ainda que esperar para que estes capitais modernos penetrem de forma mais abrangente nestas searas e as transformem, com mais justiça social, ainda que num sentido meramente reformista? E isto não é uma questão só econômica, mas substancialmente política e social. Detalhemos um pouco mais nossa pergunta: como é que o Estado poderia intervir para combater esta dominação? A forma mais direta para isso seria ali entrar e reorganizar a economia desse espaço. Reorganizando os esquemas de financiamento, reorganizando os esquemas de distribuição, e promovendo ali onde fosse possível, ali onde fosse necessária, a Reforma Agrária. Por que promover a Reforma Agrária?

Não uma Reforma Agrária apenas como um processo de subdivisão de um espaço territorial qualquer e uma distribuição mecânica de lotes. É que uma Reforma Agrária deveria ser uma decisão de política fundiária do Estado; não com o objetivo de permitir, de ampliar a oferta de alimentos, porque isto a agricultura que vai se capitalizando, que vai se modernizando tem resolvido esse problema, nas últimas décadas no país. Não é essa a questão. A questão de Reforma Agrária hoje, não é mais uma questão política de resolver problemas de abastecimento ou de ampliação da oferta de alimentos; tem muito pouco a ver com isso.¹⁸

(18) Entendemos que a questão da regularização da posse e da propriedade da agricultura familiar não só se enquadra numa política de reforma agrária, como deveria ter prioridade nessa política.

Isto tem sim, a ver com o problema de combate à miséria e é uma questão de justiça social, e, ainda, para tentar sustar durante um largo período de tempo, parte do êxodo rural e o conseqüente *inchaço* urbano. Tentar evitar que esse homem se translade para a cidade. E aí sim isto é um problema agravado, econômico e socialmente. Isto é um problema econômico porque é muito mais barato fazer um assentamento rural eficiente, com apoio técnico, de comercialização, de financiamento, do que criar um emprego urbano eficiente e digno. Além disso há que acrescentar os custos adicionais de infra-estrutura urbana e as demandas sociais urbanas exercidas pelo imigrante. Assim, gastaríamos muitos menos recursos para fazer Reforma Agrária, fosse ela no NE, na Amazônia, no Mato Grosso (MT), em Goiás (GO), ou em qualquer espaço do território nacional, do que os recursos que seriam necessários para resolver ou atenuar nossa Questão Urbana.

Porque é necessário priorizar a reforma agrária, justamente porque com aqueles esquemas de dominação, a tendência é ampliar a miséria rural e a urbana. E pelo que estamos vendo ao longo dessas últimas quatro décadas, os elevados e deploráveis índices de insegurança e violência urbanos já atingem pontos muito críticos.

3 A face urbana do capital mercantil

Além da dominação que comentamos na área agrícola, o capital mercantil também tem sua face urbana, aliás, a de maior expressão econômica. Cabe lembrar que alguns de seus principais segmentos – notadamente a construção civil pesada -, embora tenham sua base decisória urbana, transcendem-na, atingindo também o mundo rural. Assim como algumas de suas frações se transformaram em industrial, bancário, agrícola, etc., outras tiveram conversão de mais fácil acesso, em segmentos como a construção civil (a residencial e a pesada), a produção e administração de serviços urbanos, os negócios imobiliários em geral, no moderno comércio e distribuição urbana, no transporte, hotelaria, laser, turismo, franquias e outros.

Convém notar que alguns desses segmentos, como em especial o da construção civil pesada, embora se classifiquem como integrantes do setor industrial, são de fato, mercantis. Muitas das grandes empresas desses segmentos, ganham licitações públicas mas terceirizam as obras, transformando-se, na verdade, em “administradoras privadas de negócios públicos”. Várias delas, mesmo quando executam diretamente a obra, têm parte dos equipamentos de seus ativos constituindo, na verdade, operações de *leasing*. A divisão do trabalho no setor imobiliário faz também com que boa parte de seus segmentos seja eminentemente mercantil. No setor de franquias (bares, restaurantes,

lavanderias, hotelaria, laser, locação e exibição de filmes, e outras), por exemplo, embora algumas empresas sejam classificadas como de produção industrial, não passam de empresas meramente administradoras e controladoras de negócios privados, e não produtivos, no sentido material. Praticamente sem ativos fixos, e sem nada produzir, extraem gordos lucros de seus franqueados, sem praticamente nada investir. É uma nova forma de extração de mais valia, a *absolutíssima!*

Essas novas formas foram mais progressistas do que a arcaica. Progressista no sentido de que avançaram com o progresso material da sociedade. Foram essas frações que construíram este Brasil urbano, notadamente a partir da década de 1940.¹⁹ É progressista nesse sentido. Mas ele hoje, da mesma forma como o outro, capturou o Estado, realizou a cooptação, o controle do poder político, também através de processos similares, também promove a cooptação e a acumulação urbana, a corrupção e o controle dos aparelhos de Estado urbanos. Obviamente, os limites deste texto nos restringem a uma abordagem mais específica do fenômeno, em especial ao que se refere à política habitacional criada pela ditadura, a partir de 1964, mas que até hoje se mantém.

Já vimos no item anterior como as condições tanto de atraso como de modernização rural incrementaram o êxodo rural e provocaram um verdadeiro *inchaço urbano*. Também lembramos da debilidade das políticas sociais e da insuficiência do emprego urbano formal para dar conta dos fluxos migratórios. Assim, se entre 1930 e 1950 tivemos uma urbanização *suportável*, a partir daí ela se tornou *caótica* e *explosiva*, dado seu. *Suportável*, dado que os problemas de transporte urbano, habitação e saneamento básico ainda eram de menor monta, e “resolvidos” por meios e formas mais simples, que atenuavam seus efeitos até aquele período. Após 1960, contudo, com a aceleração da urbanização e as debilidades das políticas públicas, seus efeitos perversos ganharam enorme dimensão, tornando-a *caótica*, e gerando a chamada *arrebentação urbana*.

Estas advertências e sugestões de políticas alternativas constam de três textos produzidos por mim na década de 1980 e as conclusões sobre os resultados perversos que aquela urbanização nos traria, foram, infelizmente, superados, não só pelo acelerado ritmo de crescimento no período 1960-1980, mas, principalmente, pelo abandono das políticas urbanas.²⁰ Essa omissão do Estado obrigou-o a fazer “vistas grossas” para as ocupações urbanas em áreas de preservação e de risco, que cresceram

(19) Sobre o capital imobiliário urbano ver Lessa (1982).

(20) Os textos são de Cano (1985, 1988 e 1989). As conclusões desses textos, sobre os resultados perversos que aquela urbanização nos traria, foram, infelizmente, superadas.

enormemente, entre aquele período e hoje. É lamentável ouvir hoje, pela mídia e pelo Estado, que os atuais desastres ecológicos urbanos (enchentes e deslizamento de encostas), que têm tirado tantas vidas humanas, se devem natureza, pela efetiva gravidade das chuvas, e pela irresponsabilidade dos moradores em ocupar tais áreas!

Mas essa urbanização, contou com vários *fatores de acomodação*. Embora veloz, ela propiciou à construção civil crescimento a taxas elevadíssimas com o que este Brasil urbano pode empregar boa parte dos homens do campo que foram expulsos, além do crescimento próprio da população urbana. E grande parte do êxodo rural, até o início da década de 1960, foi para a fronteira agrícola que se abria ao norte paranaense, ao sul goiano e no Mato Grosso do Sul, e outra parte, maior, se dirigiu para zonas urbanas que ali cresciam.

Assim, até meados da década de 1960, este acréscimo populacional não teve problema de desemprego aberto. Não havia esse problema. Esses homens puderam ser abrigados na zona urbana de uma forma mais digna, mais decente, do que hoje. A questão dos transportes coletivos não era ainda um problema grave. A habitação tinha meios de solução mais razoáveis, mais simples, do que hoje tem que enfrentar para uma cidade de mais de 1 milhão de habitantes. Havia a construção em mutirão; a baixa inflação permitia a venda de imóveis financiados a longo prazo, sem correção monetária; o centro foi se alargando, gerando “ondas” que distanciavam cada vez mais a periferia, mas ao mesmo tempo ampliando a oferta de imóveis de baixo custo; a especulação imobiliária existia mas não era tão voraz e audaciosa como é hoje. E o nosso conhecido capital mercantil nadou tranquilamente nessas águas.

O Estado de então, fosse o Municipal, fosse o Estadual, face àqueles fatores de acomodação, tinha uma estrutura fiscal e financeira praticamente compatível com aquela urbanização, que podia atenuar os déficits de atendimentos sociais às demandas daquelas populações urbanas. Mas a ditadura, além de reconcentrar as finanças públicas, em detrimento dos Estados e Municípios, não fez a Reforma Agrária e ainda, a partir de 1965, inicia uma profunda renovação tecnológica na agricultura. A partir daí, portanto: i) continuamos sem fazer a reforma agrária; ii) a profunda renovação tecnológica *tratorizou, maquinizou e quimificou* a agricultura, diminuindo substancialmente a necessidade do trabalho humano no campo; e iii) tivemos um vigoroso processo de expansão urbana, de “fuga para frente” territorial, que ampliou ainda mais esta urbanização e que passou a exigir do setor serviços, modificações de antigas formas de produção, fazendo surgir novas, causando uma geração colossal de empregos urbanos.

As cidades, portanto, na década de 70, ingressam naquilo que chamamos de “*arrebentação urbana*”,²¹ ou seja, uma forma de crescimento explosivo, que se defrontou com grande despreparo político e de planejamento do Estado para enfrentá-la, intensificando a partir daí, a degeneração dos serviços públicos necessários a essa urbanização. Com isso, o capital mercantil ampliou ainda mais, com isso, sua esfera de ação no mundo urbano. O regime autoritário pós 1964 agravou ainda mais esse quadro, ao reconcentrar no governo federal, a maior parte da receita fiscal, além de tornar menos prioritários os gastos e as políticas de cunho social.

Em decorrência, os Estados e Municípios, tornaram-se ainda mais despreparados – não só financeiramente - para enfrentar o chamado *caos urbano*. Além disso, a precariedade do planejamento urbano e a dimensão e a velocidade da urbanização tornou-os também despreparados, administrativamente e tecnicamente. Eles não souberam nem puderam enfrentar corretamente os mais modernos, grandes e complexos problemas derivados de uma urbanização caótica, deteriorando também o padrão de vida da população urbana, notadamente o da classe trabalhadora.

Por isso, e também pela necessidade de cooptar politicamente elites e empresários, o Estado alargou ainda mais o campo já fértil para a ampliada atuação urbana do capital mercantil. Vejamos, ainda que de forma resumida, como se deu a maior inserção do capital mercantil urbano com a política habitacional do período, situação que continua até hoje, reforçando ainda mais a situação do Estado e da Sociedade, como prisioneiros desse capital mercantil.

Entre as reformas do regime militar instauradas em 1964-65, estava a nova Política Habitacional, que tinha como base de financiamento as Cadernetas de Poupança e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), administrados pela Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Habitação (BNH).²²

Sua concepção foi a de construção em larga *escala*, das chamadas “Vilas BNH”, conjuntos habitacionais contendo, em geral, centenas de casas ou apartamentos. O sistema era controlado pelo governo federal, com gestão compartilhada com entes subnacionais, que geriam as chamadas Cooperativas Habitacionais, as COHABs. Centralizando essa gestão planejavam e executavam a construção das “Vilas BNH” nos pontos mais distantes da periferia, sob a alegação de que só ali existiam glebas que permitiriam a construção em escala, e de que nesses locais os preços da terra eram os menores da cidade, fatos verdadeiros, mas que, entretanto, encobriam um verdadeiro

(21) Ver nota anterior.

(22) Para uma crítica a essa política, ver Maricato (1987).

ardil do capital mercantil urbano, mancomunado com a administração pública. Foi assim, que essa política se converteu num fantástico criatório de *acumulação primitiva* para o capital mercantil: terras antes precificadas por alqueire ou hectare, eram agora calculadas por metro quadrado!²³ Claro é que isso poderia ter sido evitado, aproveitando-se melhor a infraestrutura já existente e de maior escala e menor custo, promovendo maior adensamento urbano e coibindo, com uma legislação mais adequada, a especulação.

Ao construir esses assentamentos habitacionais nesses pontos distantes e desprovidos de qualquer infra-estrutura, o projeto era obrigado a prove-la: assim, do espaço vazio surgiam não só as moradias, mas também as redes de energia, comunicações, água e esgoto, escola, posto de saúde, posto policial, etc, não só valorizando os preços dos terrenos sobranes naquele novo bairro, mas principalmente os dos espaços vazios existentes entre o centro e o novo bairro distante. Neste novo espaço revalorizado, se construíam as residências da classe média, gerando, como num passe de mágica, mais uma *acumulação primitiva*²⁴ (ver Figura 2). A despeito da nova infra-estrutura, lembremos que a distância moradia-trabalho aumentou consideravelmente, não só piorando as condições físicas para o trabalho, mas também pressionando o custo de vida com o item transportes.

Dessa forma, a política habitacional – ou seja, o Estado – acomodava os interesses do capital mercantil construtor (empresas de construção civil e as de infra-estrutura), empresas de transporte, de comunicações, imobiliárias, bancos, etc. Desse conluio, surgia a cooptação entre esse capital e as instituições públicas, ampliando os horizontes da corrupção e da especulação imobiliária local.

Estamos próximos de comemorar os 20 anos do fim do regime autoritário. Contudo, sobre o que acabamos de relatar, não há o que comemorar. Tudo continua como *dantes, no quartel de Abrantes...*

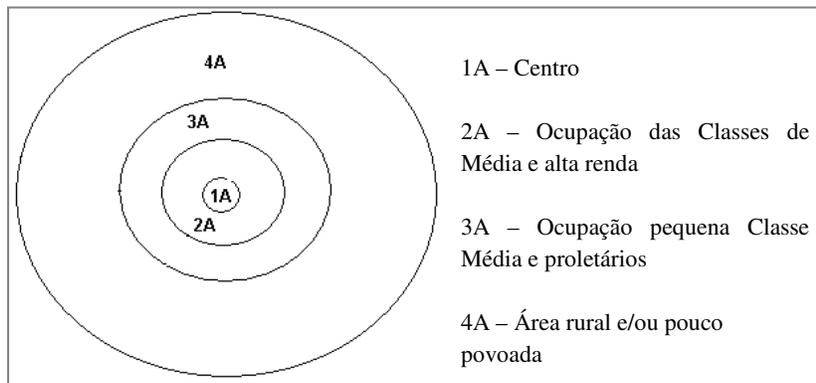
(23) Lembro, por exemplo, como a boa ação representada pela doação de uma pequena parte da Fazenda Rio das Pedras (Campinas, São Paulo) para construção do Campus da Unicamp em fins da década de 1960, representou um ardil dos proprietários, parecido com esse, pois em parte do entorno restante, implantaram o bairro Cidade Universitária e alguns condomínios, que tiveram preços tão altos como os dos melhores bairros da cidade. Essa área está bem próxima de um assentamento BNH (Vila Costa e Silva) feito na mesma época.

(24) A exceção a essa forma de ocupação ocorria em municípios litorâneos e outros limitados por barreiras naturais, mas a “solução” habitacional, nestes casos, foi permitir (ou se omitir sobre) a ocupação proletária dos morros, encostas, ribeiras, e áreas de preservação, todos os efeitos perversos que isso causa. Não é demais lembrar que tais permissões – mormente em locais mais aprazíveis e turísticos, tais permissões (ou omissões) têm sido dadas também aos ricos e à hotelaria nacional.

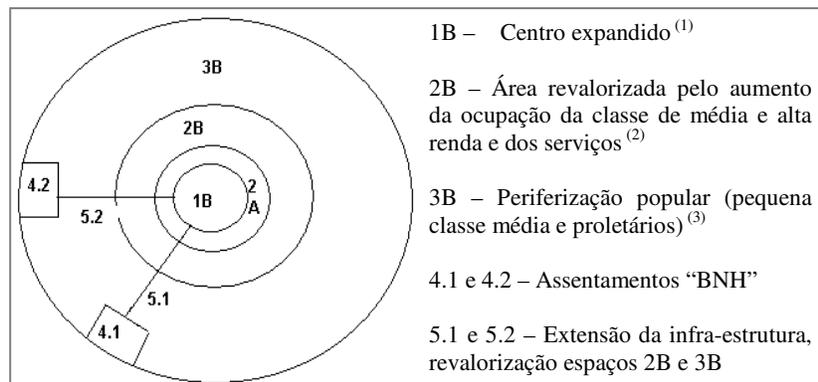
Passou o período da euforia da industrialização, da urbanização acelerada, da “Crise da Dívida”, do Plano Real e da retomada do crescimento via “Efeito China”. Contudo, o capital mercantil continua agindo, talvez invejando alguns congêneres: o do Japão entre fins da década de 1980 e 1994, quando lá explode uma das maiores bolhas imobiliárias até então inventadas pelo capital; ou o do norte-americano, que inventou a “Bolha do Sub Prime” e que foi o estopim da crise atual; e o da China, cuja ameaça dessa bolha está pairando no ar.

Figura 2
Política habitacional

2A – Situação da área do município, **antes** dos assentamentos “BNH”



2B – Situação posterior aos assentamentos “BNH”



⁽¹⁾ 1B > 1A

⁽²⁾ Contém resquício de ocupação anterior: cortiços, prédios deteriorados, etc.

⁽³⁾ Área revalorizada pela extensão da infra-estrutura.

As proporções entre as áreas assinaladas e a área total variam conforme a especificidade de cada município (ver texto).

Referências bibliográficas

- ANDRADE, M. C. de. *A terra e o Homem no Nordeste*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- BOTTOMORE, T. *Dicionário do Pensamento Marxista*. 3ª. Reimpressão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Ltda., 1993.
- BRANDÃO, Carlos A. *Triângulo: capital comercial, geopolítica e agroindústria*. Dissertação (Mestrado)—UFMG/Cedeplar, Belo Horizonte, 1989.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. De volta ao capital mercantil. In: D'INCAO, M. A. *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CANO, W. Dinâmica da economia urbana de São Paulo: uma proposta de investigação. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, jan./mar. 1985.
- _____. Subsídios para a reformulação das políticas de descentralização industrial e de urbanização no Estado de São Paulo. In: CANO, W (Coord.). *A interiorização do desenvolvimento econômico no estado de São Paulo (1920-1980)*. São Paulo: F. Seade, 1988. v. 1, n. 1.
- _____. Urbanização: sua crise e revisão de seu planejamento. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 9, n. 1, jan./mar. 1989.
- _____. Furtado: a questão regional e a agricultura itinerante no Brasil. In: CANO, W. *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. 1ª. Reimpressão. Campinas: Editora Unicamp, 2006. cap. 5.
- _____. Raízes da concentração industrial em São Paulo. 5. ed. Campinas: Unicamp. IE, 2007a.
- _____. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970)*. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2007b.
- _____. *Desconcentração produtiva regional do Brasil (1970-2005)*. São Paulo: Unesp, 2008.
- CARVALHO, J. de. *Aldeota*. 2. ed. Fortaleza: Edit. Demócrito Rocha, 2003.
- CARVALHO, J. O. *A economia política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- CLEMENTINO, M. L. M. *O maquinista de algodão e o capital comercial*. Natal: Ed. UFRN, 1987.
- COSTA, Fernando Nogueira da. *Os bancos em Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado)—IFCH, Unicamp, Campinas, 1978.
- EISENBERG, P. L. *Modernização sem mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- _____. *Análise do modelo brasileiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização, 1972.

- FURTADO, C. *A economia latinoamericana*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1975.
- GUIMARÃES NETO, L.; GALINDO, O. Quem controla o que na indústria incentivada do Nordeste? In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 20, Campos de Jordão, São Paulo, ANPEC, 1992. *Anais...*
- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annalume, 2005.
- HILFERDING, R. *El capital financiero*. 1a. Reimpresión. Madrid: Tecnos, 1973.
- HOBSON, J. A. *A evolução do capitalismo moderno*. São Paulo: Ed. Abril, 1993.
- MARICATO, E. *Política habitacional no Regime Militar – do milagre brasileiro à crise econômica*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- MARX, C. *El Capital – crítica de la economía política*. 7ª. Reimpresión. México: FCE, 1973. Tomo 3.
- PRADO JR., C. *Formação do Brasil contemporâneo*. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.
- _____. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- ROSDOLSKY, R. (1968). *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- SANTOS, R. *História econômica da Amazônia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.